

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ****SEÇÃO DE CONVÊNIOS DA SGC - CONV**

Av. Padre Humberto Pietrogrande, Nº 3509 - Bairro São Raimundo - Prédio Administrativo 2º Andar - CEP 64075-065

Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Acordo de Cooperação Técnica Nº 60/2025 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONV

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PIAUÍ E O GRUPO CIDADE
VERDE.**

Processo SEI nº 25.0.000063066-0

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**, órgão do Poder Judiciário do Estado, com sede na Avenida Padre Humberto Pietrogrande, nº 3509, bairro São Raimundo, CEP 64.075-065, Teresina – PI, inscrito no CNPJ sob o nº 06.981.344/0001-05, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA**; e o **GRUPO CIDADE VERDE**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.590.480/0001-62, com sede na Rua Godofredo Freire, nº 1642, bairro Monte Castelo, CEP 64.016-830, Teresina – PI, neste ato representado por seu Diretor **JESUS TAJRA FILHO**;

Considerando o disposto no art. 184-A, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; no art. 25 do Decreto nº 11.531/2023; no art. 5º, inciso I, da Portaria SEGES/MGI nº 3.506, de 08 de maio de 2025; e na Resolução TJPI nº 287/2022;

Considerando a necessidade de ampliar a presença institucional do Judiciário Piauiense nos meios de comunicação, fortalecendo a compreensão da sociedade acerca dos serviços prestados pelo TJPI, bem como aumentar a visibilidade de campanhas, projetos e ações promovidas pelo Tribunal;

RESOLVEM firmar o presente Acordo de Cooperação Técnica, nos termos das cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Acordo a cooperação técnica e administrativa entre os partícipes, com vistas a promover maior integração de atividades de interesse comum, destinada especialmente à divulgação de notícias, atividades e campanhas institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí na grade de programação das empresas do Grupo Cidade Verde.

1.2. O objeto será executado nas dependências das emissoras integrantes do Grupo Cidade Verde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPIES

2.1. Compete ao Tribunal de Justiça:

2.1.1. Produzir as mídias a serem veiculadas, em conformidade com os requisitos técnicos indicados pelo Grupo Cidade Verde;

2.1.2. Designar equipe técnica para gerir a execução do objeto deste Acordo;

2.1.3. Cumprir os prazos estipulados pelo Grupo Cidade Verde;

2.1.4. Zelar pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas.

2.2. Compete ao Grupo Cidade Verde:

2.2.1. Disponibilizar, em sua grade de programação, espaço para veiculação do conteúdo fornecido pelo TJPI, nos seguintes formatos:

2.2.2. Publicação de podcasts com:

- a) Produção pela ASCOM/TJPI;
- b) Podcast Frequência Jurídica, na sede do TJPI;
- c) Edição técnica pela ASCOM/TJPI.

2.2.3. Publicação de vídeos no formato VTs, com:

- a) Produção pela ASCOM/TJPI;
- b) Gravação e edição realizadas pela ASCOM/TJPI;
- c) Veiculação de até 3 (três) campanhas por ano com 60 (sessenta) veiculações cada, conforme acerto entre as partes;
- d) Distribuição e veiculação na grade de programação das emissoras, conforme plano de mídia acordado entre a ASCOM/TJPI e o Grupo Cidade Verde, com foco em campanhas e ações de utilidade pública.

2.2.4. Publicação de SPOTs com:

- a) Produção pela ASCOM/TJPI;
- b) Gravação realizada pela ASCOM/TJPI;
- c) veiculação de até 3 (três) campanhas por ano com 100 (cem) veiculações cada, conforme acerto entre as partes;
- d) Distribuição e veiculação conforme plano de mídia acordado, com ênfase em campanhas e ações de utilidade pública.

2.2.5. Publicação de informes do Poder Judiciário, com:

- a) Produção pela ASCOM/TJPI;
- b) Gravação e edição pela ASCOM/TJPI;
- c) Veiculação conforme plano de mídia acordado entre ASCOM/TJPI e Grupo Cidade Verde; duração de 30 (trinta) minutos, veiculação no Canal 5.2 em diversos horários a cada dia.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO

3.1. Para a efetivação do objeto, os partícipes se comprometem a cumprir o Plano de Trabalho, o qual integra o presente Acordo, independentemente de transcrição, bem como toda documentação técnica decorrente.

3.2. O Plano de Trabalho especificará o conteúdo a ser veiculado por meio desta cooperação, podendo ser revisado, por acordo entre os partícipes, para inclusão de novas ações, ajustes de prazos ou outras alterações, desde que respeitado o objeto deste Acordo.

CLÁUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

4.1. Os partícipes designarão gestores, no prazo de 30 (trinta) dias, para acompanhar, gerenciar e fiscalizar a execução deste Acordo.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. Este Acordo terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser sucedida por novas cooperações com objeto semelhante, conforme interesse e conveniência das partes.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes, cabendo a cada um arcar com os custos relativos à sua participação nas ações pactuadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

7.1. Em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), as partes assumem as seguintes obrigações:

- 7.1.1. Cumprir integralmente a LGPD, mantendo sigilo e confidencialidade sobre os dados pessoais tratados em decorrência da execução do Acordo, vedada sua transferência ou repasse, salvo nos casos autorizados por lei ou necessários ao cumprimento da cooperação;
- 7.1.2. Abster-se de utilizar os dados pessoais para finalidades distintas daquelas previstas neste Acordo, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;
- 7.1.3. Notificar a outra parte, em até 24 (vinte e quatro) horas após a ciência, sobre qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais, adotando as providências previstas no art. 48 da LGPD;
- 7.1.4. Proceder à eliminação dos dados pessoais ao término da vigência do Acordo, salvo se houver obrigação legal que justifique sua manutenção.

CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

8.1. Aplicam-se a este Acordo as disposições da Lei nº 14.133/2021, no que couber, bem como os preceitos do Direito Público e, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e do Direito Privado.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

9.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí providenciará a publicação do extrato deste Acordo no Diário da Justiça Eletrônico, conforme exigência legal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO

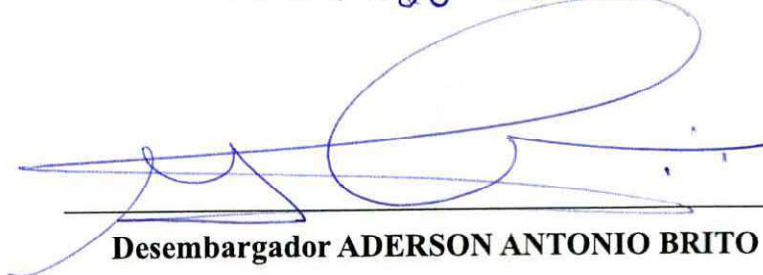
10.1. O presente Acordo poderá ser alterado mediante termo aditivo, desde que não haja modificação de seu objeto, e poderá ser extinto, de pleno direito, em caso de descumprimento de suas cláusulas ou denunciado por qualquer das partes, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Teresina, Estado do Piauí, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução deste Acordo.

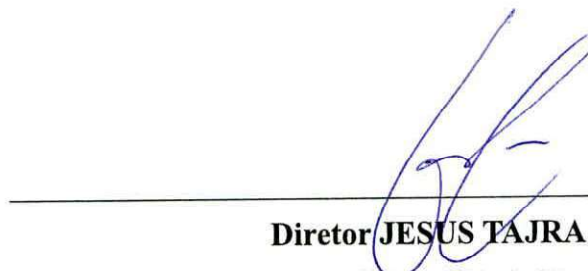
E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento.

Teresina (PI), 26 de Novembro de 2025.



Desembargador ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí



Diretor JESUS TAJRA FILHO

Grupo Cidade Verde